

Da terra ao pão: a reforma agrária como condição para garantia da segurança alimentar a partir da COOTAP- Ltda¹

From land to bread: land reform as a condition for food security with COOTAP-Ltda a case study

  Cassiane Fortes Bueno²

  Luiz Ernani Bonesso de Araújo³

Resumo: O debate em torno da questão agrária no Brasil ocorre há séculos e tem como principal ponto a concentração de terra, que ocasiona uma severa desigualdade social no Brasil. Nesse sentido, uma parcela significativa da população brasileira vive em situação de insegurança alimentar, incluindo um número expressivo de domicílios que atualmente convive com a fome. Após 2013, houve uma piora desse cenário, que se tornou ainda mais grave com a pandemia da covid-19 em 2020. Dessa forma, questiona-se: quais os limites e as possibilidades de os assentamentos da reforma agrária configurarem-se como fatores decisivos na garantia da segurança alimentar para os assentados e para a comunidade, com base no estudo de caso dos assentamentos que integram a Cooperativa Dos Trabalhadores Assentados Da Região De Porto Alegre LTDA (COOTAP)? Para tanto, foi utilizada como teoria de base e método de abordagem a teoria sistêmica oriunda dos escritos de Fritjof Capra, a fim de compreender as redes que interligam o direito à terra com o direito à alimentação adequada. Como método de procedimento, foram utilizados o bibliográfico, o documental e a

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos da Sociobiodiversidade (GPDS/UFSM). Advogada inscrita nos quadros da OAB/RS. E-mail: cassianefortes08@gmail.com.

³ Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997). Professor do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito da Sociobiodiversidade (GPDS/UFSM). E-mail: luiz.bonesso@gmail.com.

pesquisa de campo. As pesquisas bibliográfica e documental utilizaram como técnica de pesquisa os resumos e fichamentos. A pesquisa de campo utilizou formulários e entrevista estruturada. Com isso, constatou-se que a implementação de assentamentos oriundos da reforma agrária pode colaborar com a segurança alimentar e nutricional dos assentados e da comunidade. Além disso, observou-se a importância da organização cooperativa para os assentados, pois, por meio dela, conseguiram realizar a produção agroecológica.

Palavras-chave: Assentamentos. Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre LTDA. Direito à alimentação adequada. Reforma agrária. Segurança alimentar e nutricional.

Abstract: The debate around the agrarian question in Brazil has happened for centuries and has as the main point the concentration of land, which causes severe social inequality in Brazil. In regards to this, a significant share of the Brazilian population lives in a state of food insecurity, including an expressive number of homes that currently lives with hunger. After 2013, this scenery got worse, and further aggravated by the Covid-19 in 2020. So, it is questioned: what are the limits and possibilities to configure land reform settlements as decisive factors in guaranteeing food security for the settlers and for the community from a study of the settlements that are part of Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região De Porto Alegre LTDA (COOTAP)? For such, the systemic theory from Fritjof Capra's studies has been used as the basis theory and approach method, aiming to understand the networks that connect the right for land with the right for proper food. As the procedural method, the bibliographic, documental, and field research were used. The bibliographic and documental researches used as the research technique the summaries and filings. The field research used formularies e structured interviews. With such, it was noted that the implementation of settlements, born from the land reform, can collaborate with nutritional and food security of the settlers and the community. The importance of cooperative organization for settlers was also noted, because it was through it that they were able to implement the agroecological production.

Keywords: Settlements. Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre LTDA. Right to proper food. Land reform. Nutrition and food security.

Submetido em: 15 de setembro de 2022

Aceito em: 16 de março de 2024

1 Introdução

A problemática da distribuição de terra no Brasil se arrasta sem uma solução desde a colonização do seu território pelos portugueses e outros povos. A estrutura fundiária brasileira continua baseada em fazendas de grandes extensões territoriais que produzem *commodities* para a exportação. Conforme o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE: 2019; p. 66), o Brasil tem 5.073.324 estabelecimentos que, ao todo, possuem área de 351.289.816 ha. Desses estabelecimentos, 51.203 possuem mais que mil hectares, somando uma área de 167.227.511 ha, ou seja, 1% dos estabelecimentos rurais no Brasil concentra 47,6% de toda a área agrícola do país.

Esse modelo de produção contribui para a concentração fundiária, o que ocasiona em uma maior desigualdade social e econômica no campo, bem como prioriza o cultivo de grãos para a exportação, como soja e milho. Esses dois fatores são decisivos nos índices de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos domicílios brasileiros. Conforme o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN: 2021; p. 37), 9% da população do país está em situação de insegurança alimentar grave, que é considerada como fome.

Para garantir Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é necessário pensar meios que facilitem o acesso aos alimentos pelas camadas mais vulneráveis da população, o que inclui as famílias camponesas, isto é, políticas públicas que tratem desde o sistema agroalimentar e a estrutura fundiária até a ferramentas de distribuição de renda (MALUF; MENEZES; MARQUES: 2000; p. 10). Nesse sentido, questiona-se: quais os limites e as possibilidades de os assentamentos da reforma agrária configurarem-se como fatores decisivos na garantia da segurança alimentar para os assentados e para a comunidade, com base no estudo de caso dos assentamentos que integram a Cooperativa Dos Trabalhadores Assentados Da Região De Porto Alegre LTDA (COOTAP)?

Para tanto, a teoria sistêmica foi utilizada como teoria de base, com foco nos escritos de Fritjof Capra sobre a temática. Tal teoria

foi escolhida por nela as problemáticas serem interligadas e interdependentes, com foco na relação entre os objetos de estudo, e não apenas no objeto, enquanto suas relações são secundárias. Capra (1997; p. 14) propõe uma superação do paradigma cartesiano, pois a visão desse paradigma é obsoleta e desconsidera questões como o meio ambiente e as relações humanas.

Ainda há a ideia de uma “ecologia do direito”, que busca a alteração da estrutura jurídica mecanicista alicerçada na propriedade privada para um sistema jurídico “que não veja o direito como um campo social distinto, independente da política, economia, justiça, religião, normas sociais de bom comportamento, moral etc” (CAPRA; MATTEI: 2018; p. 43).

A teoria capriana também abarca questões caras à reforma agrária, como a revisão da propriedade privada. Seu autor propõe uma propriedade generativa, socialmente justa e organizada ecologicamente. Além disso, cita a economia-solidária como uma das possibilidades de propriedade generativa (CAPRA; MATTEI: 2018; p. 198). Já a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é tocada ao se referir à necessidade de preservar os saberes tradicionais e a diversidade ecológica e cultural, ou seja, trata a problemática da segurança alimentar inserida em uma rede de relações interdisciplinares.

No mesmo sentido, a teoria sistêmica é utilizada como abordagem da pesquisa, pela sua relevância epistemológica e por sua relação com a temática da pesquisa, já que não há como pensar a questão da terra e o acesso à alimentação por meio, apenas, da ótica do direito; é necessária a análise por meio de outras disciplinas. Assim, é viável refletir possíveis soluções sobre as questões sociais e ambientais com maior consciência e propriedade.

Quanto aos métodos de procedimento, foram utilizados o bibliográfico, o documental e a pesquisa de campo. O primeiro para uma abordagem teórica dos conceitos: territorialização, soberania alimentar e acesso à terra, bem como outros conceitos e

teorias pertinentes à temática da pesquisa. O segundo se ateuve às fontes primárias, como tratados, legislações e dados sobre os temas em debate.

Já a pesquisa de campo foi utilizada para realizar um estudo sobre as condições de alimentação dos assentados ligados à COOTAP, além dos impactos da cooperativa para a comunidade, no período entre 2020 e 2021, a fim de verificar de que modo a democratização da terra pode colaborar com o direito à alimentação adequada e saudável. A escolha da COOTAP como objeto de estudo ocorre devido a sua relevância na produção de alimentos orgânicos, principalmente de arroz. Essa cooperativa, junto com outras cooperativas da Região Metropolitana de Porto Alegre, faz com que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seja considerado o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (RAUBER: 2020; s. p.).

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada por meio da técnica de resumos e fichamentos, tomando por base artigos científicos e livros sobre a temática, englobando a segurança alimentar, o direito agrário e a reforma agrária. O estudo do caso da COOTAP foi feito por meio de pesquisa de campo quantitativa, com o uso de formulários e, caso necessário, pesquisas estruturadas. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com lideranças dos assentamentos e da cooperativa. Devido à situação pandêmica, a maior parte das entrevistas com os assentados ocorreu de maneira remota, com o objetivo de minimizar os riscos de contágio por covid-19. Os questionamentos serão baseados nos indicadores da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Dessa forma, o trabalho está estruturado em três tópicos. O primeiro busca tratar especificamente da formação dos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre e da COOTAP, bem como dos aspectos de territorialização dos assentados, para então analisar os dados obtidos através da pesquisa de campo nessa cooperativa, a fim de verificar os índices de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos domicílios dos assentados no último ano. Por fim, relacionará a reforma agrária, suas possibilidades e limi-

tações, ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com o objetivo de constatar em que medida a reforma agrária, concretizada nos assentamentos, pode contribuir para a SAN no Brasil. Para isso, foram analisados dados coletados na pesquisa de campo, bem como outros dados que foram considerados relevantes, além da melhor literatura sobre o assunto.

2 Territorialização: a experiência produtiva dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é reconhecida no país pelo número de assentamentos da reforma agrária, que são responsáveis pelo destaque internacional na produção de alimentos orgânicos. Dos 33 municípios que compõem a Região Metropolitana, oito possuem assentamentos da reforma agrária, sendo eles: Viamão, Guaíba, São Jerônimo, Eldorado do Sul, Charqueadas, Nova Santa Rita, Capela de Santana e Montenegro (LINDNER; MEDEIROS: 2015; p. 82).

São dezoito assentamentos que somam 1.146 famílias assentadas na RMPA; o mais antigo dos assentamentos tem como data de criação o ano de 1986, ou seja, tem 38 anos de história. Nesse contexto, surge em 1995 a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), dividida em Grupos Gestores, sendo eles: o do Arroz Agroecológico, das Hortas e Frutas, do Leite e o Coletivo das Padarias. Na safra de 2021, estavam vinculados à COOTAP quatorze assentamentos, que somam 1.268 famílias, ao todo, divididas nos grupos de produção referidos. Além dos grupos gestores, a cooperativa conta com coletivos sociais, como o da juventude, o das mulheres e o da educação⁴.

Entre 1999 e 2000, a COOTAP decidiu concentrar seus esforços na produção agroecológica de alimentos, por meio de princípios cooperativistas. Essa decisão passou por diversas motivações, foi iniciada por famílias assentadas, juntamente com as cooperati-

⁴ Informação extraída de conversa durante a pesquisa de campo, em Eldorado do Sul, em novembro de 2021.

vas da região e o MST, devido a questões econômicas e sociais. Econômicas porque tinha como objetivo baratear os custos da produção e comercializar em um mercado menos competitivo do que o do arroz convencional, já que várias famílias acumulavam dívidas, no começo dos anos 2000, devido ao baixo preço de comercialização do produto e o alto custo de produção. Já a questão social se dá pela preocupação com a saúde das famílias e a necessidade de apoio da população da região (CAMPOS; MEDEIROS: 2013; p. 4).

O próprio MST, no final da década de 1990, também começou a compreender a necessidade de uma mudança nos processos produtivos, pautando que eram necessárias transformações sociais no que diz respeito ao cuidado com a água, a poluição e as reservas indígenas. Com isso, no III Congresso do MST, em 1995, foi possível observar uma guinada ecológica do movimento (KULESZA: 2008; p. 299), e, em 2013, o MST lançou o “Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, fruto das discussões do VI Congresso Nacional do movimento. Nesse documento há um forte compromisso de resistência ao modelo de agricultura capitalista e a proposta de construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as demandas da população brasileira. Para isso, define objetivos e prioridades, com destaque para a produção de alimentos saudáveis, observando o princípio da soberania alimentar e a produção orgânica (MST: 2013; p. 39).

Além disso, o programa cita em diversos pontos a importância de uma organização baseada na cooperação para organizar a produção e a comercialização agrícola; para o fortalecimento da industrialização, desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais e para a defesa dos direitos dos trabalhadores, assegurando renda e vida digna (MST: 2013; p. 36/44). Ou seja, a COOTAP tem preconizado esse debate desde o fim da década de 1990, antecipando as diretrizes que depois seriam traçadas pelo MST como um todo, se atendo a uma estrutura organizativa democrática e baseada na real cooperação entre os assentados, e, inclusive, cooperação entre diversas cooperativas.

Michael Lowy (2010; p. 41) apresenta o MST como exemplo de movimento que integra com facilidade as pautas ecológicas, mostrando-se desde a gênese hostil ao sistema capitalista e ao agro-negócio, como nos casos de ações diretas contra multinacionais do setor agrícola com escopo principal nas sementes, agrotóxicos e celulose. O autor, nesse íterim, cita o papel da organização cooperativa dentro do MST na transformação do modelo convencional de agricultura, pois há o avanço de “uma agricultura biologicamente preocupada com a biodiversidade e com o meio ambiente em geral, constituindo assim exemplos concretos de uma forma de produção alternativa” (LOWY: 2010; p. 41).

A COOTAP faz parte do que podemos chamar de um conglomerado cooperativo, com base agroecológica, de economia solidária, tomando por base decisões democráticas e com cunho politizado, pela influência e ligação direta com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MARTINS: 2017; p. 9). Esse conglomerado cooperativo é formado pela COOTAP, pela Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes (COOPAT), em Tapes, e pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), em Nova Santa Rita. Essas três cooperativas trabalham em um sistema de parceria, na qual a COOTAP domina os processos de secagem e armazenagem, enquanto a COOPAN e COOPAT realizam o beneficiamento e a embalagem (BUENO: 2021).

A ideia da COOTAP surge ainda durante o acampamento para pressionar a criação do assentamento e pela necessidade de se organizar em prol de alguns objetivos comuns, como a garantia das necessidades básicas para a sobrevivência. No início, a cooperativa apenas articulava a compra de maquinário, já que, muitas vezes, de maneira isolada, as famílias não iriam conseguir comprar as máquinas necessárias para o plantio e a colheita do arroz (BUENO: 2021).

Com o tempo, os cooperados sentiram a necessidade de expandir as funções da cooperativa para além do suporte técnico e de máquinas. Dessa forma, houve a organização para a comercialização do arroz e, posteriormente, para a chamada indústria vegetal, de sucos, geleias e molhos. Atualmente, a cooperativa trabalha

de modo que cada cooperado tenha independência, ao mesmo tempo em que a cooperativa organiza a compra dos insumos orgânicos, sementes e outros produtos necessários e, posteriormente, adquire a matéria-prima para a industrialização (BUENO: 2021).

O trabalho da cooperativa vai além da renda para as famílias, busca de fato que as famílias participem da produção e comercialização (BUENO: 2021). Essa participação dos cooperados nas decisões diárias da cooperativa é um dos grandes diferenciais da COOTAP, devido ao histórico de organização dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seguindo uma metodologia democrática (BUENO: 2021).

Nesse sentido, a existência dos Grupos Gestores tem destaque na estrutura organizativa e estratégica da cooperativa, pois centralizam as decisões e discussões em grupos menores, já que eles são divididos por linha de produção. No caso do grupo de arroz agroecológico, a cooperativa organiza o plantio, o uso do maquinário e a comercialização, além de pagar ao agricultor um preço justo pela produção, “então, se não fosse isso, as famílias não conseguiriam sobreviver” (BUENO: 2021).

Esse modelo organizativo tem surtido efeitos: na safra de 2020/2021, foram colhidas 11.076 toneladas de arroz, cultivados em assentamentos da região metropolitana, centro-oeste, fronteira oeste e centro-sul do Rio Grande do Sul. A área de plantio foi de 2.700 ha cultivados por 275 camponeses divididos em 44 grupos de produção. Na safra de 2021/2022 participaram 286 famílias em uma área de 3.134,3 ha, ou seja, um avanço significativo de um ano para o outro (COOTAP: 2021). Em relação ao Grupo Gestor das Hortas e Frutas, são 22 grupos certificados pela OPAC Cooceargs, para a produção de orgânicos, somando 120 famílias nos assentamentos de Eldorado do Sul, Viamão, Nova Santa Rita e Encruzilhada do Sul; a comercialização dos produtos ocorre em 30 feiras de região, um Programa de Aquisição de Alimentos ligado a 55 famílias, bem como participação no PNAE e na confecção de cestas (COOTAP: 2021).

O Coletivo das Padarias é basicamente protagonizado por mulheres, tanto ligadas à COOTAP quanto a outras cooperativas parceiras. A produção se destina, principalmente, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, com destaque para uma experiência em Tapes, que comercializa para diversas cidades, como Pelotas e Rio Grande (BUENO: 2021).

Além disso, a produção dos assentamentos também tem uma destinação solidária: a COOTAP tem parcerias com cozinhas comunitárias em Porto Alegre (BUENO: 2021). A doação ocorre de forma semanal para as ocupações urbanas, prezando pelo não desperdício dos alimentos e pela solidariedade (BUENO: 2021). A doação de alimentos não é uma realidade apenas dos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre vinculados à COOTAP, mas uma diretriz nacional do MST. Conforme o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do início da pandemia (março de 2020) até julho de 2021 foram doadas mais de cinco mil toneladas de alimentos e um milhão de marmitas com alimentos fruto da Reforma Agrária Popular (FURTADO: 2021; s. p.).

Com isso, é possível observar o teor humanitário da organização cooperativa e de produção dos assentamentos ligados à COOTAP, visto que a própria existência da cooperativa não se dá apenas para o lucro dos cooperados ou de alguns diretores. A cooperativa existe e opera com objetivos ideológicos e políticos de melhoria das condições de vida no campo, priorizando a justiça social e a saúde para as comunidades envolvidas, bem como para populações mais distantes, que consomem os alimentos produzidos com base na agroecologia, graças ao histórico de formação dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Adalberto Greco Martins (2017; p. 252) explica que as práticas sociais dos movimentos ligados ao campesinato geram novos conhecimentos e com profundo teor emancipatório, como, por exemplo, a defesa das sementes crioulas em detrimento das geneticamente modificadas; a produção de alimentos orgânicos; a defesa da soberania alimentar e a oposição ao uso de agrotóxicos. O autor explica que essas práticas sociais colaboram na construção de uma

nova base técnico-científica, que seja diferente do capitalismo, mas sem ser “atrasada” ou “penosa”, isto é, mantendo os pontos positivos e os avanços feitos até aqui, além de retomar conhecimentos e práticas que foram abandonadas pelo atual paradigma.

Esse conjunto de práticas sociais faz com que os camponeses deixem o polo passivo da produção, no qual são apenas consumidores de pacotes tecnológicos, e passem a ser responsáveis de fato pela sua produção, construindo novas formas de plantio e cuidado, ou seja, transformando sua relação com o meio ambiente. Essa transformação de relações faz com que os sujeitos transformem o local que ocupam, o que é parte do processo chamado de territorialização, que ocorre quando grupos ou pessoas começam a modificar o seu território conforme sua subjetividade (LINDNER; MEDEIROS: 2015; p. 84).

Bertha Becker (2010; p. 19) explica que “o território é o espaço da prática”, da prática espacial, que inclui a apropriação do local e a manifestação de poder sobre ele, assim como é um meio para a prática. Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006; p. 247), no território é possível observar parte do passado, por meio de objetos e outras esferas materiais, e parte do presente, por meio das ações. A combinação dessas ações passadas e presentes é o que dá sentido ao território, por isso ele é sempre histórico, “sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (SANTOS; SILVEIRA: 2006; p. 248).

Rogério Haesbaert (2004; p. 1) explica o conceito de território como ligado ao político, contudo, não apenas ao “poder político”, mas a um sentido de poder mais concreto e funcional, de dominação, e a um poder mais simbólico, de apropriação, ligado ao valor de uso e ao que foi vivido. Já a territorialidade incorpora a dimensão política e vai além, relacionando-se com a economia e a cultura; é intrinsecamente ligada às formas de uso da terra, à organização das pessoas no espaço e ao significado que elas dão para o local (HAESBAERT: 2004; p. 2).

Nesse sentido, o território é diverso e complexo, “imerso em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espço” (HAESBAERT: 2004; p. 2). O território e os processos de desterritorialização devem ser pensados e considerados conforme os sujeitos que exercem poder nele, que controlam esses espaços e, por consequência, controlam os processos sociais que o permeiam, isto é, por meio da multiplicidade de poderes e de agentes (HAESBAERT: 2004; p. 3).

Assim, “territorializar-se significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais” (HAESBAERT: 2011; p. 97). Capra e Mattei (2018; p. 149) chamam a atenção para a cultura criada a partir das redes de comunicação e de sociabilidade; explicam que é a partir dessa cultura, mantida por meio das trocas de saberes e conhecimentos em um determinado local, que as pessoas adquirem identidades como membros daquela rede social.

Na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principalmente na estratégia de ocupação das terras, é possível visualizar um embate de forças de dominação e apropriação entre os camponeses em busca por um local para produzir, e o capital que segrega e mantém a concentração de renda e de terra. Além disso, antes do processo de ocupação, que seria a tentativa de retomar um território para si, reterritorialização, houve o processo de desterritorialização, no sentido de não poder mais ocupar um local concreto e simbólico que antes ocupava e modificava.

Bernardo Fernandes (2004; p. 5) explica que a questão agrária no Brasil surge de uma contradição estrutural do capitalismo que, ao mesmo tempo, gera concentração de riqueza e a expansão da pobreza, por isso a questão agrária está envolta de conflitualidade. Com o avanço do capital e do capitalismo agrário novas relações sociais se formam, causando a desterritorialização do camponês pobre e a necessidade de sua reterritorialização, enquanto a concentração de renda e a desigualdade avançam. “A agricultura

capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento” (FERNANDES: 2004; p. 6).

O campesinato, apesar de inserido em uma lógica capitalista, tem, junto aos movimentos organizados, resistido à exploração e à expropriação oriundas do capital, por meio da construção de novas práticas alternativas de organização e produção, que são organizadas e gestadas de maneira anticapitalista (MARTINS: 2017; p. 250). Dentre as novas práticas desenvolvidas estão o fortalecimento do cooperativismo e da produção orgânica e agroecológica.

É possível observar os avanços e modificações no modo de uso da terra nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme o tempo histórico, ou seja, conforme os camponeses assentados passam a se apropriar do território, modificando-o por meio de novas ações e conhecimentos, e, de maneira coletiva, construindo novas subjetividades e identidades.

A experiência das cooperativas produtoras de arroz agroecológico, como a COOTAP, é “portadora de relações emancipatórias, que geram assentamentos numa perspectiva de territórios dissidentes, como forma de resistência política, econômica e cultural dos camponeses brasileiros” (MARTINS: 2017; p. 264). Lindner e Medeiros (2015; p. 86), ao estudarem a cadeia de arroz agroecológico na RMPA, narram que esta também desenvolveu uma identidade ao local e aos produtores. A importância desse modelo de produção transcende a região, e é exemplo para outros grupos e áreas do Rio Grande do Sul, como ocorre em assentamentos da Campanha que hoje produzem arroz orgânico (LINDNER; MEDEIROS: 2015; p. 84).

Assim, além do avanço no processo de territorialização na RMPA, as novas práticas sociais e ambientais desenvolvidas naqueles assentamentos têm influenciado outros assentamentos no restante do Rio Grande do Sul, proliferando conhecimentos e modos de produção saudáveis e com objetivos sociais e ambientalmente centrados.

3 Análises dos índices de segurança alimentar nos assentamentos ligados à COOTAP

A preocupação com a saúde e com uma alimentação saudável é uma das prioridades dos assentados ligados à Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), tanto que foi um dos motivos para a transição do plantio convencional de arroz para o plantio orgânico. Esse processo de reflexão acerca da importância de mudar o modelo de produção ocorreu dentro da COOTAP, bem como dentro do próprio MST, a fim de garantir maior autonomia, qualidade de vida e justiça social para os assentados e para a comunidade.

No Brasil, os índices de insegurança alimentar atingem de maneira mais agressiva o meio rural, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Nas regiões Centro-Oeste e Sul/Sudeste os índices são maiores na cidade, com destaque para a última que possui 53% de segurança alimentar no meio urbano e 54,3% no meio rural (VIGISAN: 2021; p. 39).

Nesse sentido, questionam-se quais seriam os índices de segurança alimentar nos assentamentos ligados à COOTAP, a fim de refletir sobre os impactos da reforma agrária na alimentação dos assentados e sobre os impactos da organização através dos assentamentos e da produção cooperativa. O intuito da pesquisa é construir argumentos e questionamentos acerca dos limites e possibilidades dos assentamentos da reforma agrária serem fatores determinantes, em termos de políticas públicas, para o combate à fome e à insegurança alimentar.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa por meio do Parecer nº 4.844.664, no dia 13 de julho de 2017. Os dados foram obtidos por meio de formulário físico e eletrônico. O formulário possuía oito questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), utilizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. A EBIA é utilizada pelo Governo

Brasileiro desde 2004 para medir os índices de Insegurança Alimentar (IBGE: 2010; p. 26). Com isso, é possível comparar os dados obtidos nesta pesquisa com os dados dos inquéritos conduzidos pelo IBGE e pela Rede PENSSAN, a fim de analisar de melhor forma os resultados.

De acordo com a EBIA, para que o domicílio seja considerado em situação de segurança alimentar, todas as respostas devem ser não. Caso sejam respondidas entre uma e três perguntas com “sim”, a situação é de insegurança alimentar leve; entre quatro e cinco respostas positivas, o resultado é de insegurança alimentar moderada; e se as respostas afirmativas forem entre seis e oito, aquele domicílio está em situação de insegurança alimentar grave. Além das oito questões citadas, foram realizados questionamentos acerca de aspectos sociodemográficos, como o gênero da pessoa de referência do domicílio, a sua escolaridade, sua raça/cor e se existiam moradores menores de dezoito anos; caso a resposta fosse afirmativa, questionava-se quantos. O objetivo é conseguir comparar os resultados acerca da insegurança alimentar com outros aspectos da vida dos assentados.

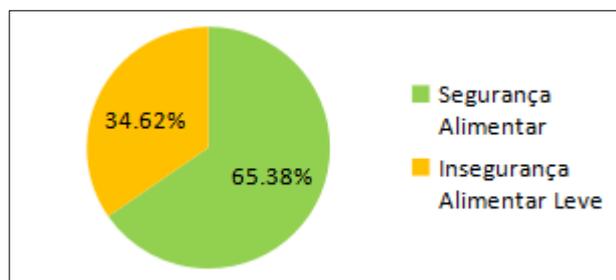
Como pano de fundo, está a teoria sistêmica de Fritjof Capra e Ugo Mattei (2018; p. 149), na qual o padrão de organização em redes é elementar. Dessa forma, em todos os níveis, os processos das esferas sociais estão interligados por meio de redes vivas. Essas redes são baseadas em comunicação, que exprimem nossa consciência interior e nossa cultura, valores, conflitos e relações de poder; assim, “cada comunicação cria pensamentos e significados, o que dá origem a novas comunicações” (CAPRA; MATTEI: 2018; p. 149).

Devido ao contexto pandêmico, foram entrevistadas 26 pessoas de famílias diferentes para obter dados sobre a alimentação naquele núcleo familiar. Os entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória, conforme a disponibilidade, e pertencem a diversos assentamentos da RMPA, todos com a família participando da COOTAP, tanto na produção do arroz agroecológico quanto na

produção de hortaliças. Dos formulários feitos, quatorze foram de maneira presencial e doze por meio de formulário online ou por ligação telefônica.

Dessa forma, dos 26 entrevistados, dezessete estão em situação de segurança alimentar; nove domicílios estão em situação de insegurança alimentar leve, isto é, 65,38% dos domicílios entrevistados esteve em situação de segurança alimentar, enquanto 34,62% está com insegurança alimentar leve. Nenhum dos entrevistados apresentou no seu domicílio quadro de insegurança alimentar moderada ou grave.

Gráfico 1 – Índice de Segurança Alimentar nos assentamentos ligados à COOTAP



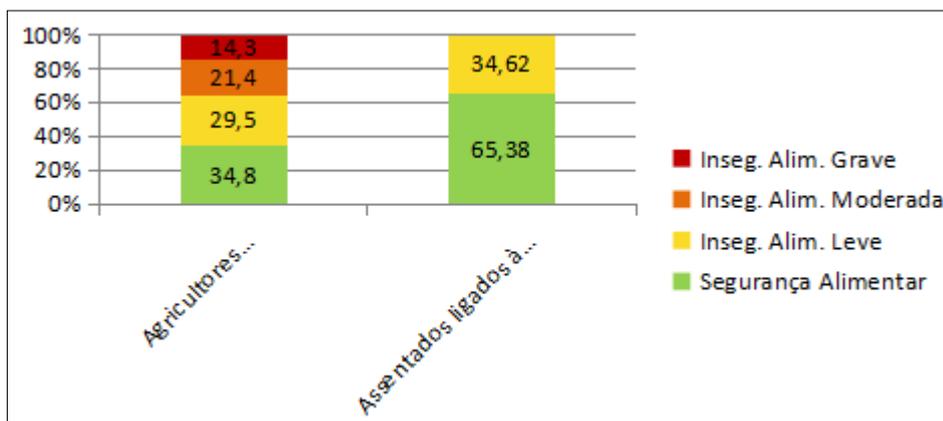
Fonte: elaborado com dados obtidos pelos autores.

Os dados demonstram níveis de segurança alimentar muito superiores aos encontrados pela Rede PENSSAN durante o ano de 2020, no qual no Brasil, no meio rural, apenas 40% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar e 12% em situação de insegurança alimentar grave. Ao compararmos com o PNAD de 2013, que obteve os melhores resultados em termos de segurança alimentar entre os inquéritos nacionais após 2004, os números são similares (IBGE: 2014; p.73). Em 2013, na área rural do Brasil, 64,7% dos domicílios viviam com segurança alimentar, número próximo ao encontrado nesta pesquisa. Contudo, 8,4% convivia com a insegurança alimentar moderada e 5,5% com a insegurança alimentar grave, a fome.

Dessa forma, é muito positivo que a pesquisa não tenha encontrado nenhum caso de insegurança moderada ou grave, o que indica que, apesar de algumas famílias terem sofrido com a incerteza acerca de alimentos futuros, nenhuma teve que mudar o padrão de alimentação pela falta de alimentos no domicílio ou enfrentar o fim dos alimentos de fato sem que houvesse meios de obter mais.

Conforme a Rede PENSSAN, em 2020, os domicílios chefiados por uma pessoa que tinha como função agricultor familiar ou produtor rural apresentavam apenas 34,8% de segurança alimentar e ainda 14,3% dos domicílios enfrentavam a fome (VIGISAN: 2021; p. 41). Ou seja, há uma grande discrepância entre os índices encontrados entre os agricultores familiares no geral e os agricultores assentados pela reforma agrária e ligados à COOTAP, inclusive, com os primeiros registrando números altos de insegurança grave enquanto o segundo grupo sequer tem, entre os entrevistados, alguém com insegurança moderada.

Gráfico 2 – Comparação dos índices de SAN entre agricultores familiares e assentados ligados à COOTAP (%)



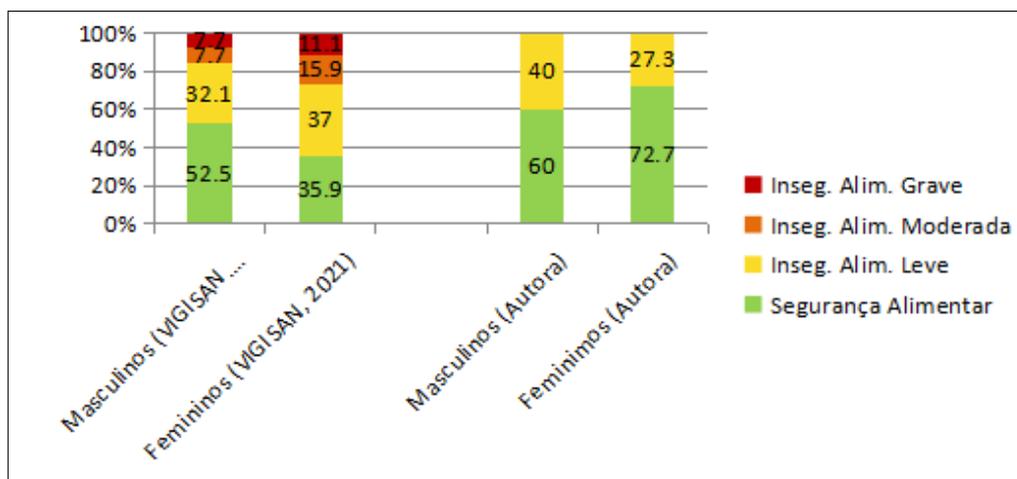
Fonte: elaborado com base em Vigisan (2021; p. 41) e dados obtidos pelos autores.

Em relação ao gênero da pessoa de referência, entre todos os domicílios, onze são chefiados por mulheres e quinze por homens. Entre os onze femininos, três (27.27%) estão em situação de insegurança alimentar leve e, entre os quinze masculinos, seis

(40%) estão neste quadro. Os números são bem diferentes dos encontrados pelo Inquérito Vigisan (2021; p. 41), no qual os domicílios chefiados por homens têm 52,5% de índice de segurança alimentar e o de mulheres 35,9%. Destaca-se que durante a coleta de informações ocorreu, mais de uma vez, o fato de o homem que estava sendo entrevistado escolher como pessoa de referência a sua esposa, ou pleitear que os dois fossem escolhidos, como não havia esta opção, optava pela mulher como chefe do domicílio.

Tais dados são interessantes, pois é comum nas pesquisas sobre feminização da pobreza que as mulheres apenas sejam escolhidas como pessoa de referência quando não existe marido na casa, ou quando o marido está de algum modo inválido para o trabalho (NOVELLINO: 2008; p. 6). A escolha pelos maridos de citar a esposa como chefe, ou a pretensão de dividir o cargo, demonstra uma mudança social interessante acerca dos costumes e da chamada divisão social do trabalho.

Gráfico 3 – Comparação dos índices de SAN em relação ao gênero da pessoa de referência entre o Inquérito Vigisan e esta pesquisa



Fonte: elaborado com base em Vigisan (2021; p. 41) e dados obtidos pelos autores.

Outro fator passível de comparação é a raça ou a cor dos entrevistados: dos 26 que responderam ao formulário, dezesseis se consideravam brancos, nove pardos e um preto. Entre os brancos,

dez estão em situação de segurança alimentar; entre os pretos e pardos, estão sete. Isto é, entre os brancos, 62,5% vive com segurança alimentar e, entre os pretos e pardos, 77,77%. Os números encontrados vão no sentido oposto aos obtidos pela Rede PENSSAN, visto que os dados do Inquérito apontam que 49,0% das famílias chefiadas por pessoas brancas vivem com segurança alimentar e 7,5% com insegurança alimentar grave; nas famílias chefiadas por uma pessoa parda ou preta, o número de segurança alimentar diminui para 40,7% e o de insegurança grave sobe para 10,7% (VIGISAN: 2021; p. 42).

Acerca da escolaridade da pessoa de referência de cada domicílio, 3,84% dos entrevistados não possui escolaridade; 19,23% têm ensino fundamental completo, o mesmo para o ensino fundamental incompleto; 11,53% possui ensino médio completo e 7,69% o médio incompleto. Chama a atenção a porcentagem de 30,76% com o ensino superior completo e 3,84% com pós-graduação. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, 23% dos produtores rurais declararam que não sabiam ler e escrever, além de que 73% dos produtores possuem, no máximo, o ensino fundamental completo como nível de escolaridade e apenas 5,5% possuíam ensino superior (IBGE: 2019; p. 68).

Devido à amostra ser pequena, 26 pessoas, a avaliação da influência da escolaridade nos índices de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ficou prejudicada, visto que a escolaridade foi dividida em 8 possibilidades, que posteriormente ainda foram divididas acerca da situação de SAN de cada família, fazendo com que as respostas ficassem esparsas e não pudessem transmitir a realidade. Apesar disso, foi possível observar o grande número de pessoas com o ensino superior completo, fator discrepante quando comparado aos produtores agropecuários no geral, o que pode ter relação com o Coletivo da Educação que existe vinculado à COOTAP, bem como com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Segundo o INCRA, só no curso Bacharelado em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira

Sul (UFFS), com a participação do Instituto Educar, no assentamento Fazenda Anonni, em Pontão (RS), já se formaram 97 profissionais entre 2018 e 2020, e mais 50 estão em formação (INCRA, 2021).

Com isso, constata-se que os índices de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos domicílios dos assentados cooperados da COOTAP são superiores aos observados durante o ano de 2020 entre os agricultores familiares entrevistados no Inquérito Vigisan. No mesmo sentido, os dados que envolvem gênero e raça vão de encontro aos fornecidos pelo Inquérito citado, não ficando tão evidente as desigualdades entre os domicílios chefiados por mulheres e homens, da mesma forma entre brancos e pardos/pretos.

Os dados demonstram quase uma sociedade idealizada, com bons índices de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), nenhuma situação de fome, com diversos domicílios sendo chefiados por mulheres e pessoas pretas, sem que isso signifique uma situação de vulnerabilidade para essas famílias. Além disso, os níveis de escolaridade são bem superiores aos encontrados no meio rural, sem que este seja um fator determinante para o acesso a alimentos de qualidade em quantidade e regularidade suficientes.

Assim, os dados demonstram que os assentamentos da reforma agrária que participam da COOTAP têm grande potencial no combate à fome e na garantia de direitos fundamentais, como o da alimentação adequada, além de promover decisões democráticas e participativas, pautando a autonomia dos cooperados e de suas famílias, sendo guiados pelos princípios da humanidade e da justiça social.

4 O papel dos assentamentos na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O art. 3º da Lei nº 11.349/06, que instituiu o SISAN, conhecida como Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aponta como condições para a garantia da SAN o “acesso regular e

permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”, considerando a diversidade cultural de cada população, e que as práticas alimentares sejam sustentáveis ambiental, cultural, econômica e socialmente (BRASIL, 2006).

O primeiro elemento gira em torno da maior problemática relacionada a SAN, o acesso aos alimentos, tanto nos casos que é irregular ou insuficiente, ligando-se à fome, ou quando é tão custoso que compromete grande parte da renda familiar, impedindo o desenvolvimento de uma vida digna (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996, p. 8). Neste ponto, a efetivação de um processo de reforma agrária é primordial, pois traz a possibilidade de acesso para os assentados e para a região, visto que a produção de alimento para o mercado local é uma das principais estratégias das famílias assentadas, gerando melhoria na oferta de alimentos de qualidade (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996, p. 10).

Por meio de assentamentos da reforma agrária ou não, a importância da agricultura familiar na produção de alimentos é indiscutível, tanto pelos seus reflexos sociais, como apontado, quanto por meio dos reflexos ambientais, mas é necessário que existam políticas públicas que contribuam para a manutenção dessas famílias no campo, bem como para a transição para um modelo de desenvolvimento rural que vise a conservação e o manejo da biodiversidade (CONSEA, 2004, p. 8).

Importante frisar que, por meio dos assentamentos, há a colocação produtiva de diversas famílias que não teriam acesso à terra e aos meios para produzir, “oferecendo a possibilidade de cultivo para autoconsumo a quem, não raro, dependia da doação de cestas de alimentos” (MALUF: 2009; p. 133). A produção para autoconsumo, ou para autossustento, é severamente debatida dentro dos assentamentos ligados à COOTAP. Os entrevistados relatam que há um tempo a temática da produção para subsistência era muito presente, mas que, com o avanço da produção e de políticas públicas como o PAA, ficou em segundo plano, não sendo esquecida completamente. Eram feitas planilhas de custos para avaliar quanto

de economia era feita caso se produzisse para o próprio sustento e da família, qual era a renda gerada tanto em termos de economia quanto por meio de venda de excedentes (BUENO: 2021).

Contudo, com a situação política, social e econômica que assola o Brasil, o autossustento voltou à pauta principal, sendo estimulado dentro do contexto dos assentamentos e nas outras comunidades rurais (BUENO: 2021). A prioridade é a produção que garanta a alimentação da família com variedade de produtos e quantidade suficiente, para, então, depois fazer a venda dos alimentos que forem excedentes (BUENO: 2021). Apesar da produção para autoconsumo ser considerada atrasada por alguns adeptos de uma modernização baseada na monocultura, o autoconsumo tem um papel muito importante na reprodução das famílias rurais e na sua segurança alimentar, principalmente na proteção dos agricultores familiares em relação às incertezas e mudanças repentinas do mercado (MALUF; MENEZES; MARQUES: 2000; p. 17).

Há o destaque do papel da cooperativa inclusive para a organização e o fomento da produção para subsistência, pois, com o seu incentivo para o plantio de arroz e das hortas, focados na comercialização, acaba que, por consequência, há também para o autoconsumo, aliando então a alimentação para subsistência e a geração de renda (BUENO: 2021).

Também há a compreensão da necessidade de as famílias não plantarem apenas arroz, pois, apesar da produção ser agroecológica, não deixa de ser uma monocultura, que não iria conseguir suprir, em termos de renda, a família durante o ano todo. Nesse sentido, estimula-se a produção das hortas e do leite, para que não ocorra a dependência de um só produto, o que torna mais arriscada a produção em casos de quebra de safra (BUENO: 2021).

A produção para o autoconsumo tem grande relevância no Rio Grande do Sul. Cátia Grisa e Sérgio Schneider (2008; p. 511) constataram que, das regiões que estudaram no estado, esse tipo de produto representa 38,34% da renda total e 69,09% dos custos de uma cesta básica, sendo uma forma muito importante de eco-

nomia e de segurança alimentar entre os agricultores familiares. A produção para autoconsumo está “enraizada na história vivida pelas famílias e pela comunidade” e tem como fator positivo a diversidade de alimentos, a qualidade e a disponibilidade durante o ano todo. Além disso, observa-se o papel das mulheres na produção dos alimentos voltados para o consumo familiar, destacando a importância do trabalho feminino para manter as famílias longe da insegurança alimentar e da fome (MENASCHE, MARQUES E ZANETTI, 2008, s. p.).

Quando a produção para autoconsumo não existe devido à carência de recurso, como água e área útil, ou pela perda destas condições em virtude da opção pela produção de um tipo só de grão, o resultado é a “insuficiência alimentar que se somam aos indicadores de pobreza rural medidos em termos da renda monetária” (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p. 16). Isto é, a produção monocultora, mesmo a orgânica, causa o enfraquecimento do cultivo para o autoconsumo e muitas vezes não dá condições para que os alimentos sejam obtidos por meio da compra. Assim, essas famílias não possuem produção diversa para a sua alimentação e sequer conseguem acessar pela compra nos mercados e feiras, sofrendo então com a insegurança alimentar.

A produção de alimentos dentro dos assentamentos pode ser uma estratégia muito importante para a garantia de segurança alimentar, desde que haja assistência técnica, crédito facilitado e apoio para a comercialização (MALUF: 2009; p. 134). Nesse sentido, a existência de uma cooperativa organizada e democrática, como a COOTAP, é de suma relevância para assegurar alimentação saudável para todos, já que organiza a produção, a compra de insumos, de sementes, de fertilizantes orgânicos, além de discutir e facilitar o acesso das famílias aos créditos prioritários como o PRONAF (BUENO: 2021).

A estrutura organizativa da COOTAP possui duas tarefas principais para a condução das atividades: a primeira é o planejamento estratégico, que possui uma metodologia especial de participação das famílias nas decisões, de maneira organizada; a segunda

ferramenta são os grupos gestores por linha de produção, “por exemplo, se tu pega o grupo gestor do arroz agroecológico, se não fosse uma estrutura de uma cooperativa que antecipa, inclusive, o plantio e ajuda as famílias a organizar o plantio” (BUENO: 2021), muitas famílias não conseguiriam concretizar o cultivo agroecológico sozinhas. Além disso, a cooperativa recolhe o arroz dos agricultores cooperados, beneficia e comercializa, pagando para o produtor aquilo que é justo pela produção (BUENO: 2021).

Os entrevistados também chamam a atenção para o modelo de organização da COOTAP, que é fruto da formação metodológica e histórica do MST, de seus princípios e valores, com o acompanhamento dos cooperados dos processos por meio de assembleias e também da prestação de contas, priorizando o diálogo (BUENO: 2021). A experiência dos trabalhadores unidos por um propósito em comum é debatida por Capra e Mattei (2018; p. 192), que citam a recuperação de uma fábrica abandonada na Argentina, paralelo semelhante ao da reforma agrária, na qual há a recuperação do potencial produtivo de terras que não cumpriam a sua função social e que, a partir da união de trabalhadores rurais organizados, desenvolvem ideais coletivos de produção, baseados na cooperação e no bem estar do grupo. Capra e Mattei (2018, p. 193) citam que “essas comunidades disseminam o poder e praticam a inclusão por meio de um sistema jurídico interiorizado e autoaplicável, baseado num comunalismo de valores e intenções”.

Destaca-se que Fritjof Capra e Ugo Mattei (2018; p. 193) acreditam que, por meio de uma luta coletiva, a sociedade pode organizar uma nova rede formada por comunidades autônomas, políticas, sociais e econômicas que produzam além de diferenças entre o que é privado e o que é público, com uma nova visão jurídica de propriedade.

Além do cultivo para o autoconsumo, é necessária a produção para a venda, pois, já que o autoconsumo garante a subsistência, com a industrialização e comercialização, é possível a

geração de renda, que é o que possibilita o agricultor pagar as principais despesas, como água, luz, remédios e educação para os filhos (BUENO: 2021).

O principal mercado da COOTAP é o chamado mercado institucional, isto é, as compras feitas pelo Estado por meio de programas de fortalecimento da agricultura familiar e que visam à garantia da alimentação de determinados grupos, como os estudantes. Esse mercado é de suma importância para o acesso aos alimentos por uma parcela considerável da população que está em situação de vulnerabilidade, podendo ser, em países que fazem uma gestão democrática e transparente desses projetos, uma ferramenta essencial para os pequenos e médios produtores rurais (MALUF; MENEZES; MARQUES: 2000; p. 16).

Os principais programas citados pelos entrevistados são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por meio do PAA, os órgãos estatais compram alimentos da agricultura familiar e os destinam para populações em situação de insegurança alimentar; para associações públicas de segurança alimentar, como o Banco de Alimentos; para as redes públicas e filantrópicas de ensino; presídios; hospitais públicos; quartéis, entre outros, isso sem a necessidade de licitação (BRASIL: 2020; s. p.).

Já o PNAE tem como foco oferecer alimentação escolar para estudantes de todos os níveis da educação básica e é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa é considerado um dos maiores na área de alimentação escolar do mundo, além de ser o único com atendimento universalizado, com a destinação de um valor específico, conforme a etapa e modalidade de ensino, por aluno na escola. Por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, do total de recursos repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, 30% deve ser utilizado na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas (BRASIL: 2009; s. p.).

As cooperativas da Região Metropolitana de Porto Alegre participaram, no melhor momento, de oito PAAs, entregando alimentos para mais de 27 mil famílias por meio da produção de quatrocentas famílias assentadas. Merece destaque que os alimentos fornecidos eram cultivados de maneira agroecológica, possibilitando que as populações mais vulneráveis se alimentassem de produtos saudáveis e que possivelmente não teriam como comprar se não fossem as doações do PAA. Esse período contribuiu com a infraestrutura das famílias assentadas, além de estabelecer uma relação de diálogo entre elas e a população urbana (BUENO: 2021).

A participação da COOTAP e outras cooperativas da região em vários projetos do PAA foi o que possibilitou o crescimento dos assentamentos e cooperativas, com o impulso para a produção de alimentos saudáveis de maneira sustentável, impedindo que os assentados acabassem se sujeitando à produção de *commodities*, como a soja. Assim, mesmo com a diminuição drástica desse programa, ainda restou o hábito da produção e o processo de organização das famílias para o cultivo de uma variedade de alimentos, o que contribuiu para o autossustento (BUENO: 2021).

Após o ano de 2016, com o *Impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, os relatos são de uma mudança drástica no cenário do PAA. Atualmente, a COOTAP não possui nenhum PAA em funcionamento, todos os projetos que foram submetidos não foram aprovados. Apenas a Cooperativa Terra Livre, entre as cooperativas da RMPA, tem um projeto em funcionamento, com 50 famílias envolvidas, que fornecem para uma entidade em Guaíba (BUENO: 2021). Alguns municípios da região possuem PAA municipal, como é o caso de Guaíba, Charqueadas, Canoas e Viamão, contudo, são poucos os pedidos e apenas vinte famílias envolvidas. Ademais, mesmo com limite de valor em seis mil e quinhentos reais, as famílias não fornecem sequer dois mil reais (BUENO: 2021).

Dessa forma, os assentamentos e cooperativas ligados à COOTAP, que antes forneciam alimentos para mais de vinte e cinco mil famílias, hoje fornecem apenas para uma entidade, o que causou uma queda brusca de renda desses agricultores familiares, bem

como maiores riscos das famílias que antes eram atendidas pelos PAAs estarem em situação de insegurança alimentar, principalmente considerando o cenário de pandemia desde março de 2020. Do mesmo modo que o funcionamento do PAA beneficia agricultores familiares e famílias em situação de vulnerabilidade no meio urbano, o não funcionamento prejudica esses dois grupos.

Em relação ao PNAE, a cooperativa não centraliza os contratos, que têm como objeto as hortaliças, sendo responsabilidade de cada família. Nesse sentido, diversas famílias que são ligadas à COOTAP fornecem para o PNAE, com destaque para um grupo em Nova Santa Rita, que foi um dos primeiros a fazer o fornecimento para a alimentação escolar. A COOTAP tem contratos com o PNAE no que se refere ao fornecimento de industrializados, como o arroz, geleias, molhos e sucos. O principal mercado é São Paulo, com contratos expressivos (BUENO: 2021).

Entretanto, com a pandemia da covid-19, que fez com que as aulas presenciais fossem suspensas, as encomendas diminuíram bastante, fazendo com que a cooperativa ficasse com os produtos em estoque, produtos que já estavam prontos e embalados para serem transportados para São Paulo (BUENO: 2021). Apesar da determinação do art. 21-A da Lei 11.947/09, incluído em 2020, que determinava a distribuição imediata dos alimentos adquiridos com os recursos do PNAE para os pais ou responsáveis dos estudantes matriculados nas escolas (BRASIL, 2009), os relatos são de uma diminuição drástica nas encomendas. Conforme a legislação, os alimentos deveriam continuar sendo adquiridos e repassados em forma de cestas, mas os cooperados narram que poucas experiências conseguiram efetivar as entregas nesse formato (BUENO: 2021).

Em novembro de 2021, o Governo Federal anunciou o aumento do limite de comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio do PNAE, de vinte mil reais para quarenta mil reais (FNDE: 2021; s. p.), mas, segundo um dos entrevistados, o aumento não é suficiente pelo fato de que nos últimos dez anos o PNAE sofreu apenas um reajuste, em 2018. Dessa forma, o aumento real não é tão expressivo quanto aparenta ser em um

primeiro momento. Outrossim, é necessário que haja volume de compra pelas instituições de ensino, e não apenas a possibilidade de venda (BUENO: 2021).

Durante o segundo semestre de 2021, com o abrandamento da pandemia da covid-19, alguns programas institucionais dos estados foram retomados, como a entrega dos produtos da indústria vegetal para os presídios. Os entrevistados também defendem a manutenção desse tipo de política pública e temem alterações legislativas que visem a enfraquecer a agricultura familiar e o mercado institucional (BUENO: 2021).

Entretanto, com essa diminuição significativa das compras institucionais, a COOTAP tem formulado estratégias para se inserir no mercado convencional. Com isso, surgiu a marca Terra Livre Agroecológica, a fim de dialogar com a população e ser reconhecida pela produção agroecológica. Nesse sentido, a COOTAP, como Terra Livre Agroecológica, tem procurado parcerias com grupos de consumo, com lojas de produtos orgânicos, com empreendimentos que tenham cuidado especial com a saúde e com o meio ambiente, priorizando parcerias dentro da economia solidária. Pela questão logística, o objetivo é trabalhar com cadeias curtas de produção, já que cadeias longas encarecem e dificultam a logística de produção e distribuição (BUENO: 2021).

Além disso, os assentados participam de trinta feiras agroecológicas na região, como a Feira Orgânica Rômulo Telles e a Feira Ecológica Menino Deus, ambas em Porto Alegre. As feiras foram conquistadas pela COOTAP, por meio do processo de cooperação dos grupos gestores, contudo, os lucros obtidos são da família, sem nenhum repasse para a cooperativa. Assim, visualiza-se a importância da organização cooperativa para as famílias, visto que sem essa estrutura possivelmente não participariam tão ativamente das feiras (BUENO: 2021).

A estrutura da cooperativa dentro dos assentamentos é um ponto basilar para a qualidade de vida dos assentados, sem essa estrutura “é muito mais difícil tu sobreviver num assentamento

da reforma agrária, ainda mais com algumas políticas...” (BUENO: 2021). Chama a atenção o papel da cooperativa em integrar os assentamentos da região, bem como os próprios agricultores de cada assentamento, a cooperação e a organização por grupos gestores, que cria uma identidade e um espaço de troca de experiências e acolhimento que ajudam na manutenção dos assentados no campo.

O sistema de cooperativas na RMPA traz uma nova concepção de propriedade privada, baseada em lotes que em parte são privados, com cultivo para autoconsumo, e parte para a produção comunitária, além da parcela destinada para proteção ambiental (BUENO: 2021). Capra e Mattei (2018; p. 207) citam novas formas de propriedade e narram que entre elas há em comum “o fato de criarem e manterem condições para o florescimento de comunidades humanas e ecológicas”; estas seriam as propriedades generativas, em oposto à propriedade extrativista, baseada no lucro e na exploração. Assim, é possível visualizar os assentamentos frutos da reforma agrária e as suas cooperativas como uma propriedade generativa, social e ambientalmente referenciada, preocupada com a comunidade, com as futuras gerações e em proteger os recursos comuns.

Acerca desse papel das cooperativas, um dos entrevistados o descreve como “algo que se não existisse, devíamos criar” (BUENO: 2021), destacando sua importância, tanto na organização interna das famílias na produção quanto na vida social.

Pessoa 4: Então é algo fundamental pro processo de luta da reforma agrária, que aqui a gente acredita, que é lutar pela terra e fazer com que a terra cumpra uma função social, que é produzir alimentos. Isso a gente não faz isoladamente, a gente faz em conjunto com outras pessoas e em conjunto com a organização né? (BUENO: 2021).

Outro entrevistado compara a situação de outros assentamentos que não possuem vinculação nenhuma com cooperativas, ou famílias assentadas que optaram pela produção individual e não no sistema de cooperação, e analisa que a situação desses

assentados é muito mais difícil e penosa do que a vivenciada pelos assentados que são cooperados. Esse entrevistado frisa que a importância da cooperativa nos assentamentos não se dá apenas pela questão econômica, mas também pela participação, organização e diálogos que fazem o assentado se sentir parte do processo. Quando não há esse ponto aglutinador, os produtores vão ficando isolados e desestimulados com o tempo, o que pode levar à diminuição da produção ou, por exemplo, ao arrendamento do lote (BUENO: 2021).

As melhores condições de vida nos assentamentos ocorrem não apenas pela possibilidade de adquirir bens materiais, mas, principalmente, pela subjetividade dos assentados, que se sentem acolhidos em um sistema produtivo, fortalecendo o sentimento de cidadania entre as famílias assentadas. Nesse sentido, há a necessidade de políticas públicas estruturantes, que visem a modificar as estruturas sociais, como é o caso da reforma agrária (SOUZA-ESQUERDO *et. al.*: 2013; p. 17). Isto é, ir além de políticas de assistência, efetivando políticas que gerem empoderamento e condições para que as famílias tenham poder de escolha sobre sua alimentação, educação e saúde.

Em um segundo momento, aprofundando o debate da reforma agrária, ganham protagonismo os organismos e as associações criadas, dentro dos assentamentos e entre eles, que buscam articular uma produção que respeite o meio ambiente e vá na contramão do modelo produtivo vigente, que seria a produção de monoculturas por meio de OGMs, em grandes extensões de terra e com o auxílio de agrotóxicos. A criação desses grupos organizados, que muitas vezes ocorre por meio da cooperativa, dá sentido à produção e possibilita a vida em comunidade de uma maneira que é incomum dentro dos grandes centros urbanos, pois faz com que cada assentado se sinta um agente de justiça social e humanidade por meio daqueles núcleos.

Por isso também a importância das formações políticas e ideológicas feitas dentro dos assentamentos e cooperativas, para gerar nas famílias assentadas o sentimento de pertencimento e

propósito, contribuindo com a manutenção dos assentados no campo e com uma produção socialmente referenciada.

5 Considerações finais

O Brasil carrega as consequências da sua formação histórica como nação. Apresenta consigo, até hoje, as marcas das capitâneas hereditárias, do papel de colônia de exploração, da escravidão e sequestro de pessoas negras, da exploração do povo pobre por uma burguesia fundiária e da concentração de terras. Como durante os últimos séculos foi feito pouco, ou quase nada, para que ocorressem mudanças estruturais no país, a necessidade de democratizar o acesso à terra com base em uma reforma agrária popular ainda é latente. Os índices que tratam de concentração de terra revelam que uma parcela ínfima dos produtores rurais é proprietária de quase metade da terra utilizada para agricultura e pecuária no Brasil, o que faz com que a outra metade seja dividida por um número imenso de pessoas, ocasionando os minifúndios, os trabalhadores sem terra, a falta de renda e de condições para a subsistência.

Dessa forma, este trabalho buscou solucionar o questionamento: quais seriam os limites e as possibilidades dos assentamentos, criados pela reforma agrária, como fatores determinantes na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para os assentados e para a comunidade na qual estão inseridos, com base em um estudo de caso dos assentamentos que são ligados à Cooperativa Dos Trabalhadores Assentados Da Região De Porto Alegre LTDA (COOTAP)?

Inicialmente, destaca-se o poder da reforma agrária, como política pública, para a garantia de acesso à terra para aqueles que nela desejam cultivar, o que gera emprego e moradia. Com uma reforma agrária popular, que respeite a sustentabilidade em seus diversos níveis, ambiental, social, cultural e econômico, a estrutura produtiva pode migrar para a agricultura familiar, com a produção de tipos alimentícios diversos e com o uso de técnicas agroflorestais e orgânicas, prezando pela saúde dos produtores e de todos, bem como oportunizando melhores condições de ocupação e de renda.

Para que isso ocorra, a distribuição dos lotes de terra deve estar acompanhada de políticas de crédito, com condições especiais para os assentados, além de assistência técnica para a produção agrícola, que deve seguir a Lei de Política Agrícola do Brasil, com foco no desenvolvimento econômico e social, em conformidade com o meio ambiente, por meio do incentivo à produção orgânica e agroecológica, por exemplo. Este incentivo deve ocorrer de forma prioritária, principalmente em relação aos incentivos dados hoje ao agronegócio. Dessa forma, após a implantação do assentamento, deve ocorrer um processo de articulação entre os poderes estatais e os assentados que concretize a infraestrutura do local, bem como gere condições técnicas e financeiras para a produção.

No caso estudado, a Cooperativa Dos Trabalhadores Assentados Da Região De Porto Alegre LTDA (COOTAP) tem como foco a produção, industrialização e comercialização de arroz agroecológico que é produzido na Região Metropolitana de Porto Alegre, além de cidades da região central e da campanha. Além do arroz, a COOTAP possui a chamada indústria vegetal, que industrializa e vende sucos, geleias e molhos feitos com produtos cultivados por assentados cooperados; também há a produção de hortifruti para a venda em feiras e programas institucionais de alimentação.

Assim, uma série de assentamentos e famílias tem como ponto aglutinador e organizador a COOTAP, o que possui diversos efeitos práticos no dia a dia dos assentados. A cooperação proporciona, objetivamente, apoio técnico de qualidade para a produção, com a escolha conjunta de sementes e adubos, com o empréstimo de maquinário, a venda do produto por um preço justo e a industrialização dentro dos assentamentos. Todas essas fases e processos decisórios contam com a participação do assentado, por meio dos grupos gestores e assembleias, o que gera acolhimento social e produção com propósito.

Ressalta-se que, conforme observado na pesquisa de campo, apenas a implementação do assentamento não é suficiente para a manutenção dos assentados no meio rural, com renda satisfatória, bem-estar e boas condições de produção, sendo fundamental

o papel da cooperativa, pelo seu caráter unificador e propositivo. Com isso, reflete-se sobre como esse contexto interfere nos índices de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias assentadas que fazem parte da COOTAP.

De acordo com os dados obtidos com o uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, 65,38% dos domicílios entrevistados esteve em situação de segurança alimentar no último ano, e o restante, 34,62%, está em situação de insegurança alimentar leve, que ainda estaria no patamar da preocupação e da incerteza acerca das próximas refeições. Dessa forma, entre os pesquisados, nenhum domicílio dos assentados ligados à COOTAP sofria com insegurança alimentar moderada ou grave, o que demonstra que nenhuma família passava fome.

A situação encontrada entre os pesquisados é muito superior à encontrada por outros inquéritos que utilizam a EBIA, como o Inquérito Vigisan e o PNAD, principalmente se compararmos com o contexto rural do Brasil como um todo que, além de enfrentar grandes desigualdades regionais, tem os piores números na média nacional.

Assim, os assentamentos pesquisados são um foco de luz no quadro de fome que assola o país e aumenta diariamente, agravado pela pandemia desde 2020 e pelo enfraquecimento de políticas de fomento à alimentação adequada, de distribuição de renda e de combate à fome. Ainda, além dos índices observados, buscou-se compreender quais movimentos e ferramentas são utilizados pelos assentados para que o quadro ali encontrado seja tão diferente do cenário encontrado no meio rural brasileiro como um todo.

O primeiro ponto, como já mencionado, é a união dos assentados em torno de uma cooperativa democrática e horizontal, na qual há a participação constante, principalmente pelos grupos gestores. A COOTAP, além da organização para o plantio, tem o diferencial da industrialização, beneficiamento e comercialização, o que gera renda para as famílias e colabora com a manutenção dos jovens no campo. O modelo utilizado pela COOTAP pode ser expandido para outros assentamentos; além disso, outros formatos organizacionais

podem ser desenvolvidos, priorizando as decisões democráticas, com a participação dos assentados e o foco na produção orgânica e agroecológica, de acordo com preceitos sustentáveis.

O segundo ponto que chama a atenção é a produção para autoconsumo, que faz com que, mesmo em crises e quebras de safra, não falem alimentos para a família. A produção para o autoconsumo também colabora para a diminuição da fome e da insegurança alimentar grave, pois, mesmo que a produção seja pequena e com pouca variedade, possibilita que as famílias se alimentem diariamente, apesar da qualidade e quantidade poder ser prejudicada.

O terceiro fator que influencia, de acordo com o observado na COOTAP, é a venda para mercados institucionais, com ênfase no Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. As compras estatais são o principal mercado dos produtos da cooperativa devido às políticas que privilegiam a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, da reforma agrária e dos territórios indígenas e quilombolas. O valor das compras também tende a ser expressivo, bem como o número de contratos com diversos órgãos e entidades, como escolas, hospitais e quartéis.

A comercialização nesse formato também fornece certa garantia e segurança para as famílias, que sabem quanto produzir, para quando e qual será o retorno financeiro, diferente das vendas em feiras, que depende especificamente da demanda do dia. Assim, esse tipo de política pública, além de beneficiar as pessoas e populações vulneráveis que recebem os alimentos ou as refeições, também contribui para que os agricultores familiares consigam sobreviver com dignidade, aumentando sua renda e contribuindo com a manutenção da sua segurança alimentar.

Portanto, os assentamentos da reforma agrária são territórios fundamentais para a garantia da segurança alimentar, desde que a sua implementação e manutenção estejam aliadas às políticas públicas de incentivo de crédito e de assistência técnica, ou, como é o caso dos assentamentos ligados à COOTAP, possuam vínculo com alguma cooperativa que trabalhe de maneira transparente

e democrática, contando com a participação efetiva de todos. Ainda, para que os assentados e a comunidade na qual estão inseridos mantenham níveis satisfatórios de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a produção para autoconsumo ganha espaço de destaque e pode atender às necessidades mais urgentes das famílias. No mesmo sentido, o apoio do Estado por meio das compras institucionais contribui para a melhoria da renda das famílias, gerando condições para alimentação adequada, gastos com saúde, educação e outros gastos básicos.

Referências

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/d4vc5x595k5mJZfnMNNPKTs/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos. Governo do Brasil.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos> Acesso em: 6 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em: 6 jun, 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 6 jun, 2022.

BUENO, Cassiane. **Entrevistas com os assentados ligados à Cooperativa Dos Trabalhadores Assentados Da Região De Porto Alegre LTDA (COOTAP).**

Harvard Dataverse, V1, 2021. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi%3A10.7910%2FDVN%2F0JSYTB&version=DRAFT>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Análise da cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre. In: 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2013. **Anais...** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa1/Analise_da_cadeia_produtiva_do_arroz_ecologico_nos_assentamentos_da_RMPA.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix. 1997.

CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. **A revolução ecojurídica:** o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. São Paulo: Cultrix, 2018.

COOTAP. **INFORMATIVO MST Metropolitana.** Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região Porto Alegre. Eldorado do Sul, 15 set. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

FNDE. **Informes do PNAE trazem novidades sobre as compras da agricultura familiar para a alimentação escolar.** Fundo

Nacional de Desenvolvimento Escolar. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/informes-do-pnae-trazem-novidades-sobre-as-compras-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar>. Acesso em: 7 abr. 2022.

FURTADO, Lays. **Solidariedade Sem Terra chega à 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, jul. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/08/solidariedade-sem-terra-chega-a-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 481-515, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/ZNNKJRcfQX9tGPTWRqXLgRG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jul. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011. 396p.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017** - Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 8, p. 1-105, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios 2004/2009** – Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47241.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios 2013** – Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

INCRA. **Curso de Agronomia pelo Pronera terá quarta turma no Rio Grande do Sul**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/curso-de-agronomia-pelo-pronera-tera-quarta-turma-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 4 jun. 2022.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Reforma agrária e educação ambiental. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 89, n. 222, p. 295-311, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1507/1246>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Transformações sócio territoriais na região metropolitana de Porto Alegre: a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 2, p. 79-94, 2015.

LOWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. *In: Margem a Esquerda: ensaios marxistas*, nº 14. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-14-M-Lowy.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno “segurança alimentar”. **Paris: Fhp**, 2000. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/>

seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf.
Acesso em: 26 abr. 2022.

MALUF, Renato. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos. **Revista NERA**, v. 20, n. 35, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4766>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145s-158s, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/SzrvBZQwb3N63QfhjtG4fcf/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MST. **Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!** São Paulo: VI Congresso Nacional do MST, 2013. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239774061_CHEFIA_FEMININA_DE_DOMICILIO_COMO_INDICADOR_DE_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_POBRES. Acesso em: 10 set. 2022.

RAUBER, Maiara. **Maior produção de arroz orgânico da América Latina é do MST**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/27/maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina-e-do-mst/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: sociedade e território no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. de; OLIVEIRA, Érika de S. Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634619>. Acesso em: 6 set. 2022.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.